

Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Parcelamento pode atingir até débito com salário, afirmam auditores fiscais 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma do Imposto de Renda precisa estimular investimentos (Artigo) 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma do IR só será votada após muito diálogo, diz Lira 6

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF marca julgamento sobre foro de Flávio no caso das 'rachadinhas' 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Negociação entre poderes 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que o governo não quer ver não existe - CELSO MING 9

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Gestores elevam tom de críticas ao governo 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira acelera votação do Código Eleitoral 11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Artigo: Quando setembro chegar 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A reforma do imposto sobre a renda e o Simples Nacional - TENDENCIAS / DEBATES 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Itamaraty buscou vacina da Índia por 10% do valor pago pela Saúde 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Conta de luz pode ter de subir mais 15% para cobrir alta no custo de geração 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Revacinação de idoso é melhor que 2ª dose em adultos, diz virologista 22

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Colapso da economia conservadora (Artigo) 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Saída sem mexer na Constituição 24

Sexta-Feira, 27 de Agosto de 2021

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

A pluralidade exclui o golpismo - REINALDO AZEVEDO 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Bolsonaro diz que hidrelétricas podem parar e pede para apagar a luz em casa 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Sob efeito do clima, Ipea corta projeção para o PIB do agro 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Supremo mantém lei que concede autonomia ao BC 30

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Centrão vê agora pouca chance de reeleição 32

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Aumenta pressão por nova reforma na equipe 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Nova proposta fixa 'sublimite' para precatório 35

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Choro ainda é grátis, Guedes - VERA MAGALHAES 36

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Aversão a risco no exterior faz dólar subir 0,87%, a R\$ 5,2566 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

PIB do 2º tri deve mostrar ritmos distintos da economia 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Riscos fiscais e políticos empurram crescimento para menos de 2% 39

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
ECONOMIA

PIB do campo subirá 1,7% neste ano e 3,3% no próximo, diz Ipea 40

O GLOBO - ON LINE - RJ - POLITICA
POLÍTICA

Análise: Novo Código Eleitoral é a verdadeira reforma de Arthur Lira 41

Parcelamento pode atingir até débito com salário, afirmam auditores fiscais

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186991?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186991?page=1§ion=1

Reforma do Imposto de Renda precisa estimular investimentos (Artigo)



» **ROBSON BRAGA DE ANDRADE** Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A reação contrária do setor produtivo, dos estados e dos municípios à reforma do Imposto de Renda confirma que é preciso aprofundar as discussões e rever a proposta em tramitação no Congresso Nacional. As mudanças na tributação da renda são necessárias para alinhar o sistema brasileiro às regras internacionais, promover os investimentos e a competitividade brasileira. No entanto, o Projeto de Lei nº 2337/2021, que trata do tema, eleva a tributação sobre os investimentos produtivos. A última versão do substitutivo ao texto mantém esse aumento e, conseqüentemente, representa mais um entrave ao crescimento da economia e à criação de empregos no país.

Para compensar as concessões feitas a alguns setores, a proposta eleva a tributação das empresas dos atuais 34% para até 40,4% em 2023, de acordo com cálculos da CNI. O aumento na carga total foi estimado com base nas alíquotas previstas no substitutivo para a cobrança do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os lucros e dividendos distribuídos aos sócios ou acionistas. Além disso, ao revogar o instituto do Juro sobre Capital Próprio (JCP), o substitutivo amplia a base de cálculo do Imposto de

Renda que incide sobre o lucro real, desestimulando os investimentos com recursos dos sócios das empresas.

O texto também prevê a incidência, a partir de 2022, do IRRF na distribuição de lucros apurados até 2021, que foram ou serão tributados em 34%. Isso representaria uma punição aos empresários que, em vez de retirarem lucros das empresas, decidiram reinvesti-los na atividade econômica. Aqueles que retiraram os ganhos pagarão 34% de IRPJ/CSLL. Os que optaram pelo reinvestimento pagarão 47,2%. Não há qualquer sentido econômico nessa penalidade. Um efeito colateral dessa medida equivocada será o estímulo ao endividamento das empresas.

Por isso, a direção atual do PL nº 2337/2021, que reduz as perspectivas de retorno dos investidores e mantém ou amplia tratamentos tributários favoráveis a alguns segmentos, deve ser reavaliada. Na visão da indústria, é preciso reduzir a alíquota conjunta do IRPJ e da CSLL dos 25,5% previstos no substitutivo para 20%, mesmo que essa redução seja feita em três anos. Nesse período, as taxas cairiam gradativamente de 26,5%, em 2022, para 24%, em 2023, e para 20%, em 2024.

É necessário, ainda, reduzir a alíquota do IRRF na distribuição de lucros e dividendos, dos 20% fixados no texto do relator, para 15%, que seria alcançada progressivamente em três anos, partindo de uma taxa de 7,5%, em 2022, passado por 10%, em 2023, até chegar a 15% em 2024. Também é importante garantir que a incidência do IRRF ocorra apenas sobre os lucros e dividendos apurados a partir de 1º de janeiro de 2022, e não em períodos anteriores, como estabelece o substitutivo.

A indústria defende, igualmente, a manutenção das deduções dos Juros sobre o Capital Próprio e o aperfeiçoamento do mecanismo para estimular as empresas a reinvestirem uma parcela maior do lucro. O JCP garante equilíbrio no tratamento tributário do financiamento das empresas via capital próprio ou via endividamento. Sua revogação, como faz o substitutivo, além de representar uma ampliação da base de cálculo do IRPJ/CSLL para empresas do Lucro Real, introduz um viés pró-dívida no financiamento dos negócios.

Com esses ajustes, poderemos concluir a reforma do Imposto de Renda e concentrar esforços na próxima etapa, que é a reformulação dos **tributos** sobre o consumo. A expectativa da indústria é que o governo federal, em articulação com estados e municípios, lidere o processo para a aprovação de uma reforma ampla na tributação do consumo, com a instituição de um sistema de IVA Dual, com um imposto federal e outro subnacional. Os estados apoiam essa mudança e estariam dispostos a financiar um fundo de desenvolvimento regional dentro do próprio IVA subnacional, portanto, sem aporte de recursos do governo federal.

Precisamos superar as divergências e construir consensos para a aprovação de uma **reforma tributária**, que simplifique e traga mais racionalidade ao complexo, ineficiente e caro sistema de arrecadação de **impostos** sobre o consumo do Brasil. Uma reforma abrangente é fundamental para a recuperação da economia, o aumento dos investimentos e a promoção do desenvolvimento econômico e social do país.

Reforma do IR só será votada após muito diálogo, diz Lira

BRUNO GÓES E JOÃO SORIMA NETO
*economia@oglobo.com.br BRASÍLIA ES*0 PAULO*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

STF marca julgamento sobre foro de Flávio no caso das 'rachadinhas'

MARIANA MUNIZ E RAYANDERSON GUERRA
opais@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Negociação entre poderes

**MANOEL VENTURA, GERALDA DOCA E ANDRÉ DE
SOUZA *economia@oglobo.com* em BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O que o governo não quer ver não existe - CELSO MING

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO - 28/9/2020



Albuquerque: escondendo o quê?

CELSO MING

Afinal, qual é a política do governo para enfrentar a pior crise hídrica dos últimos 91 anos?

A julgar pelos fatos, o governo não sabe o que quer. A primeira providência foram apelos, e não mais que apelos, para evitar o desperdício de energia. Foi a linha adotada em junho pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que convocou uma cadeia nacional de rádio e TV, prometeu declarações graves que, no entanto, não passaram de lero-lero. Em seguida, veio a sobretarifa da bandeira vermelha, sugerindo que a redução de consumo de quilowatts se faria por aumento de preços. Agora, o ministro avisa que vai fazer o contrário, vai cobrar menos de quem consumir menos energia, sem informar que economia espera desse procedimento.

A única política que se conclui das omissões do governo é a abordagem negacionista, são as tentativas de negar a gravidade da crise. Assim como a pandemia não passava de "uma gripezinha", essa crise, além de passageira, é pouco importante. Não impõe nenhuma ação mais radical, como o racionamento de energia elétrica e de água tratada.

E, no entanto, os meteorologistas têm avisado que, além do grau de secura que não se previa em junho, julho e agosto, as perspectivas continuam ruins para a temporada de chuvas que deve iniciar-se em meados de setembro ou começo de outubro.

Inesperadas declarações feitas nesta quinta-feira pelo ministro Paulo Guedes, de que a crise é séria, vão na

contramão do que tem dito Bento Albuquerque e o governo. E não alteram o jogo, porque não há ação correspondente.

Ou seja, a prometida recuperação da economia não está sendo comprometida apenas pelo aumento do rombo fiscal e da dívida; pelo desemprego e perda de renda; e pela escalada da **inflação** e dos juros. Está sendo comprometida também pela escassez de energia elétrica, sem que a população seja devidamente informada sobre as consequências.

"Não haverá racionamento", limita-se a repetir o ministro Bento Albuquerque.

Este não é apenas o governo que esconde ou nega o tamanho dos problemas.

É também o governo que sempre está sendo surpreendido pelas adversidades.

Cantada pelos especialistas, não previu o fogaréu na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal. E tem se mostrado pífilo no combate às chamadas e à ação dos responsáveis. Foi assim com a pandemia, foi assim com a recuperação econômica que deveria ter sido em "V" e não foi. Foi assim com as reiteradas rejeições dos pacotes caóticos de **reforma tributária**, que deveriam ter sido aprovados rapidamente, e não foram. E está sendo assim com o "meteoro" dos R\$ 90 bilhões em precatórios que desabou sobre o colo do ministro Paulo Guedes, com informações de que vêm mais.

Ainda em 2020, ele havia prometido um "big bang" na área econômica, mas até agora ninguém não o viu nem entendeu o que deveria ter sido. Das propaladas reformas política e administrativa, que deveriam ter avançado, só se sabe que estão entaladas em alguma repartição de Brasília.

E como o projeto da reeleição vai afundando, melhor tirar todos os problemas do foco, atacar o Supremo e pregar que o sistema de voto eletrônico não presta...

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Gestores elevam tom de críticas ao governo

Adriana Cotias e Weruska Goeking De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186991

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186991

Lira acelera votação do Código Eleitoral

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186991?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186991?page=1§ion=1

Artigo: Quando setembro chegar

ORLANDO THOMÉ CORDEIRO*

Agosto é o mês em que tivemos acontecimentos dramáticos na vida política brasileira. Suicídio de Getúlio, renúncia de Jânio Quadros, morte de JK, impeachment de Dilma Rousseff são alguns dos fatos marcantes que o tornaram conhecido como o mês do desgosto. Não à toa, o presidente Bolsonaro deve estar torcendo para que esses 31 dias cheguem logo ao fim.

Derrota do voto impresso, investigado no inquérito das fake news e objeto de notícia-crime por vazamento de inquérito sigiloso, ambos no Supremo Tribunal Federal (STF), retomada dos trabalhos da CPI da pandemia, inflação fora de controle, altos preços dos combustíveis, reforma tributária parada, enfim, não faltaram más notícias para ele!

Apesar disso, não se deve criar a ilusão de que Bolsonaro seja carta fora do baralho no jogo político de 2022. Mesmo com todas as pesquisas indicando um significativo aumento na sua rejeição, é notável que ainda consiga manter algo em torno de 25% de aprovação, índice suficiente para colocá-lo no eventual segundo turno caso as eleições fossem hoje.

Por outro lado, ele tem consciência de que o cenário futuro de curto prazo não indica um caminho natural de recuperação. Ou seja, será preciso criar condições para estancar a sangria na popularidade e, para isso, só tem um caminho: recuperar o protagonismo da narrativa, pautando o debate nacional.

É nesse contexto que se inserem as iniciativas de lideranças bolsonaristas retomando os ataques ao STF, cujo ato mais simbólico foi o recente pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes encaminhado ao Senado Federal no último dia 20. Adicionalmente, resolveram convocar manifestações para o 7 de Setembro com uma pauta centrada na defesa do fechamento da Suprema Corte e na intervenção militar com Bolsonaro no governo. Desde então, a mídia, os partidos de oposição e as instituições da República têm se dedicado quase que exclusivamente a agir reativamente, caindo, mais uma vez, na armadilha!

Porém eles também perceberam que seu potencial de mobilização vem diminuindo. Basta ver as tais motociatas promovidas pelo presidente que não conseguiram reunir volume significativo de participantes. Por isso mesmo mudaram a tática. No

lugar de estimular as manifestações simultâneas em cidades nas diversas regiões do país, resolveram concentrar os esforços em dois locais emblemáticos: Avenida Paulista e Brasília.

E, para conseguir mostrar força, estão arregimentando grupos se utilizando de instrumentos como o fretamento de ônibus nos estados, passando pela organização de grupos de militares e policiais da reserva e, como cereja do bolo, caravanas formadas pelos setores mais retrógrados do agronegócio (talvez fosse mais adequado chamar de "ogronegócio").

Ao lado da manifestação em si, os conteúdos das convocações publicados nas redes sociais deixam claro outro objetivo, qual seja, criar um clima de medo e insegurança. E, infelizmente, tem conseguido relativo sucesso junto a muitos segmentos do campo democrático.

Como de hábito, independentemente do número de pessoas que vierem a estar presentes no dia 7, a narrativa de sucesso está construída. As redes sociais serão inundadas de fotos, imagens, textos e outras coisas mais, que procurarão demonstrar, por A+B, o estupendo apoio que o presidente tem na sociedade.

Diante disso, cabe à oposição fazer a tradução adequada, construindo uma resposta com ações bem-humoradas, minimizando o que tiver acontecido no dia 7 e reduzindo as manifestações aos reais tamanho e dimensão, sempre dirigindo seus esforços de comunicação para os setores para além da bolha bolsonarista.

Só que Bolsonaro não é bobo e sabe que não pode jogar suas fichas exclusivamente nesse movimento.

Assim, está em curso a oferta de mais quatro ministérios para indicados do Centrão, sendo dois pelos senadores e outros dois pelos deputados. Com isso, tenta enterrar qualquer possibilidade de abertura do processo de impeachment contra ele.

Porém tem um fator que ele não controla: o descontentamento da ampla maioria da população com seu governo. Tudo indica que as manifestações convocadas por MBL e Vem Pra Rua para 12 de setembro deverão ser grandes devido à adesão crescente de diferentes movimentos e setores da sociedade, além do aumento no número de pessoas imunizadas.

Claro que ainda existem segmentos reticentes em participar em razão de divergências ideológicas com os organizadores. Resta saber o que prevalecerá: a necessidade de se sair em defesa da democracia ou a mesquinhez da divisão política conjuntural. A conferir.

*Consultor em estratégia

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2021/08/4946142-artigo-quando-setembro-chegar.html>

A reforma do imposto sobre a renda e o Simples Nacional - TENDENCIAS / DEBATES

TENDENCIAS / DEBATES

O modelo atual de tributação da renda tem méritos: aumentou a arrecadação, diminuiu o custo de conformidade e é efetivamente um caso raro de tributo que não gera um contencioso excessivo. Sua reforma ou aperfeiçoamento deveria ser o resultado de um debate maduro, que absolutamente não aconteceu.

Enquanto a reforma da tributação do consumo foi debatida por anos, no caso do imposto sobre a renda tudo está acontecendo a toque de caixa, sem que se discuta minimamente em que medida o projeto proposto é efetivamente o melhor caminho para que os supostos objetivos da reforma sejam alcançados.

Nesse sentido, com relação às empresas optantes pelo Simples Nacional, dois pontos chamam a atenção: sobre o negócio, a defesa da renúncia do Simples que se observa na imprensa e, sobre seus sócios-proprietários, o tratamento diferenciado que eles estão recebendo no relatório apresentado pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA).

Em relação ao negócio, argumenta-se que a razão entre os **tributos** federais e a receita bruta apurada pelas empresas do Simples, que seria de 8,2%, superaria a do lucro real (que seria de 7%) e que, por isso, não seria correto se falar em renúncia no Simples.

A razão entre tributo e receita bruta não é um indicador adequado, porque não considera a diferença entre as margens de lucro e pode conduzir a engano. Uma relação de 7% numa empresa com margem baixa pode significar um custo tributário maior que 8,2% numa empresa com margem alta.

As conquistas do sistema atual, isto é, a simplificação e a redução dos custos de conformidade alcançadas com a criação dos regimes do lucro presumido e do Simples Nacional, datam de meados da década de 1990. Mas, em 1996, a estimativa de renúncia com o Simples Nacional era de R\$ 500 milhões e havia uma série de categorias que não podiam optar pelo regime. Em 2006, a estimativa de renúncia ainda era de pouco mais de R\$ 8 bilhões.

A partir de determinado momento, no entanto, ano após ano, as restrições para o ingresso no regime foram se reduzindo, e o limite de faturamento exigido foi aumentado até que, em 2019, o gasto estimado com o Simples atingia quase R\$ 90 bilhões.

A justificativa para essa ampliação seria uma suposta maior criação de emprego pelas micro e pequenas empresas (MPE). No entanto, a literatura internacional não indica que maior criação de emprego seja característica de toda MPE, mas das mais novas e de determinados setores. Por outro lado, os poucos estudos empíricos realizados sobre o programa no Brasil examinam dados do início da vigência do Simples federal e não apontam para essa direção.

Mas as distorções geradas pelo desenho atual do regime são acentuadas na proposta do relator. Isso porque, por mais que a relação custo-benefício pudesse justificar um tratamento diferenciado para as empresas optantes pelo regime, esse tratamento diferenciado não poderia se estender à remuneração dos sócios-proprietários dessas empresas.

Por meio de exemplos, Bernard Appy vem apontando, há anos, as iniquidades que resultam de nosso sistema quando comparada a tributação de um profissional liberal de alta renda (titular de empresa que tenha optado pelo Simples) e a de um empregado assalariado.

Nós temos acompanhado, nos últimos meses, a dificuldade que está sendo corrigir o limite de isenção da tabela do IR. Ainda que não esteja sendo recuperada nem mesmo a **inflação** do período, concluiu-se que não se poderia, em hipótese nenhuma, reajustar a tabela para além dos R\$ 2.500 definidos já no projeto enviado pelo governo.

Por algum motivo, no entanto, a primeira versão do projeto, que já continha um limite de isenção na tributação dos dividendos de R\$ 20 mil, foi alterada de forma a estender a isenção para todas as empresas optantes pelo Simples. E ninguém parece se incomodar com isso.

[...] As distorções geradas pelo desenho atual do regime são acentuadas na proposta do relator. Isso porque, por mais que a relação custo-benefício pudesse justificar um tratamento diferenciado para as empresas optantes pelo regime, esse tratamento diferenciado não poderia se estender à remuneração dos sócios-proprietários dessas empresas

Leonel Cesarino Pessôa, Doutor em direito pela USP e professor da FGV Direito SP

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

50

Itamaraty buscou vacina da Índia por 10% do valor pago pela Saúde



Avião da companhia aérea Azul preparado para buscar vacinas da Índia, em ação que acabou frustrada Tony Winston/Ministério da Saúde

Patrícia Campos Mello são paulo

Após as tentativas frustradas de buscar 2 milhões de doses de vacina contra a Covid-19 na Índia em janeiro deste ano, que geraram um prejuízo de US\$ 500 mil (R\$2,6 milhões na cotação atual) para a Fiocruz, o Itamaraty negociou secretamente com o governo indiano e conseguiu transportar as mesmas doses por US\$ 55 mil (R\$ 288 mil na cotação atual), cerca de 10% do valor pago pela fundação.

Toda a operação foi feita em sigilo, e o Ministério da Saúde só soube quando a carga de vacinas já estava prestes a embarcar no avião da companhia aérea Emirates, no aeroporto de Mumbai.

O afobamento e as trapalhadas do governo Jair Bolsonaro, principalmente da pasta da Saúde, já tinham produzido dois fiascos na importação.

O ministério, na época sob o comando do general Eduardo Pazuello, havia determinado à Fiocruz que fretasse um avião para buscar as vacinas na Índia no dia 16 de janeiro. Ao mesmo tempo, negociou com companhia aérea Azul um outro voo para buscar as mesmas vacinas.

Bolsonaro havia determinado que as vacinas tinham que chegar, de qualquer jeito, antes do dia 20 de janeiro -data em que o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), iniciaria a vacinação no estado, com a Coronavac.

Telegrama diplomático mostra que, em 9 de janeiro, foi enviada uma carta de Bolsonaro ao primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, "recordando a importância do prazo do dia 20", e o ministério indiano te ri a reiterado "não poder comprometer-se ainda com datas".

Dória acabou começando a vacinação em 17 de janeiro. As vacinas da Coronavac, produzida pelo Instituto Butantan em parceria com o laboratório chinês Sinovac, foram transportadas ao Brasil em voo comercial da companhia turca Turkish Airlines.

A Fiocruz assinou em 13 de janeiro um contrato de fretamento de um avião para Mumbai com a DMS Agenciamento de Cargas e Logística, conforme instrução do Ministério da Saúde, para buscar as doses no dia 16 daquele mês.

Naquele momento, no entanto, não havia garantia de que o governo indiano fosse liberar as cargas dentro do período proposto. No dia 14, um porta-voz da chancelaria indiana, em briefing semanal à imprensa, disse ser "cedo demais" para o envio de vacinas a terceiros países.

Um dia depois, segundo telegrama do Itamaraty, o embaixador da Índia no Brasil, Suresh Reddy, reiterou pedido para que não fosse enviado "o voo especial para transporte das vacinas até que sejam concluídas as autorizações formais pelo lado indiano".

A fundação teve de pagar antecipadamente o valor de US\$ 500 mil, estipulado no contrato com a empresa de logística, conforme a Folha revelou em maio.

"O Ministério da Saúde solicitou à Fiocruz a contratação de voo fretado para a realização da operação", disse a fundação, em nota. "Posteriormente a todos os procedimentos para a realização da operação de transporte, o Instituto Serum comunicou em 15.01.2021 à Bio-Manguinhos/Fiocruz que a data de 16.01.2021 programada para o recolhimento e transporte ao Brasil não seria mais factível e a carga não estaria mais disponível, e que a continuidade da operação dependeria de uma nova data a ser anunciada pelo Instituto." Segundo a Fiocruz, o contrato não previa reembolso. "Todos os contratos de fretamento no mercado estabelecem pagamento adiantado e reserva prévia, sem possibilidade de reembolso. Portanto, o valor investido nessa operação, de US\$ 500 mil, não pode ser recuperado", disse o instituto em nota, em maio.

Ao mesmo tempo, e sem o conhecimento da Fiocruz, o Ministério da Saúde também contratou um avião da Azul para realizar o mesmo serviço.

No dia 13 de janeiro, o ministério divulgou uma nota afirmando: "Um avião da empresa aérea Azul sairá do Brasil na noite desta quinta-feira (14 de janeiro) com destino a Mumbai, na Índia, para buscar 2 milhões de doses da vacina contra a Covid-19

No dia 14, a aeronave saiu de Viracopos, em Campinas (SP), para o Recife, de onde seguiria viagem. Chegou a ser adesivada com o slogan "Brasil imunizado: somos uma só nação" e exibida nas redes sociais do ministério. Os indianos foram pegos de surpresa. Logo depois, o governo anunciou que o transporte das vacinas teria de ser adiado.

Depois do fracasso na operação, o Ministério da Saúde anunciou que iria usar a aeronave na distribuição de cilindros de oxigênio. Indagada, a assessora da pasta não especificou quanto foi gasto na operação com o voo da Azul, nem o motivo pelo qual foram contratados dois fretamentos ao mesmo tempo, sem garantia de que as vacinas estariam disponíveis na Índia.

A precipitação do governo brasileiro ao anunciar a chegada das vacinas causara saia justa para o primeiro-ministro Modi. O Brasil nem avisou aos indianos que iria anunciar a chegada das vacinas. O governo da Índia, por conta da pressão política interna, não podia anunciar exportação de vacinas antes de iniciar a vacinação no país, e antes de doar para países vizinhos.

Na terceira tentativa de buscar as vacinas, o Itamaraty e o Ministério das Relações Exteriores indiano resolveram fazer tudo em sigilo, sem o envolvimento da Saúde, para que não houvesse risco de vazamento de informação ou de haver pressão do Palácio do Planalto para alguma divulgação.

Foi só no dia 19 de janeiro que o ministro das Relações Exteriores da Índia, Subrahmanyam Jaishankar, comunicou que a carga de vacinas seria liberada no dia 21. Ele solicitou "reserva e discricção", e as duas chancelarias acordaram a divulgação conjunta da informação somente às 6h do dia seguinte, 22 de janeiro.

O Ministério da Saúde não participou das conversas, e o Itamaraty atuou em paralelo.

"Tão logo recebida a decisão do governo indiano de autorizar a exportação de 2 milhões de doses da vacina Covishield para o Brasil, o Posto buscou assegurar que seu transporte fosse efetuado o mais rapidamente possível", diz um segundo telegrama enviado pela Embaixada do Brasil em Déli, no dia 22 de janeiro.

"Nesse contexto, chegou ao entendimento com a empresa Serum (SII) que a forma mais rápida e eficiente seria a opção de transporte por avião comercial de carga, conforme a prática usual do fabricante, que é o maior exportador de vacinas do mundo." O mesmo telegrama relata que o custo do transporte seria de US\$ 55 mil e pergunta de que forma o governo brasileiro iria fazer o pagamento. Pazuello só soube do voo quando as vacinas já estavam no aeroporto de Mumbai.

A Folha questionou a Fiocruz sobre o motivo de o valor do contrato fechado com a empresa de logística ser quase dez vezes maior do que o acordado com a Emiratés para fazer o mesmo serviço.

"O Ministério da Saúde solicitou à Fiocruz a contratação de fretamento para essas vacinas. O transporte não poderia ser realizado apenas mediante o fretamento de um voo comercial, uma vez que o transporte de imunobiológicos envolve um conjunto de serviços complexos que exigem a contratação de uma empresa especializada em serviços dessa natureza", respondeu a instituição, em nota.

"No caso da operação para o fretamento das vacinas da Índia, os serviços contratados da empresa DMS Agenciamento de Cargas e Logística consideravam não apenas o fretamento do voo, mas toda a operação, ou seja, a cadeia logística desse transporte, desde a retirada da carga da farmacêutica na Índia até a sua chegada na Fiocruz, incluindo ainda o aluguel de equipamentos especiais para a manutenção de temperatura da carga durante todo o trajeto e a tramitação aduaneira", acrescentou a fundação.

Procurado diversas vezes por telefone e email, o Ministério da Saúde não respondeu aos questionamentos da reportagem sobre o episódio.

O Itamaraty afirmou que os custos da operação de importação foram cobertos pela Fiocruz. "A atuação do Itamaraty no enfrentamento da atual crise sanitária é coordenada com os órgãos do governo federal responsáveis pelo tema", disse a pasta.

CPI cobra do governo devolução dos gastos para importar doses

A cúpula da CPI da Covid no Senado vai pedir esclarecimentos ao Ministério da Saúde sobre os gastos com as ações frustradas para trazer vacinas da Índia e os motivos pelos quais a operação negociada pelo Itamaraty foi efetivada por 10% do valor pago anteriormente. Os senadores da comissão ainda pretendem pedir ressarcimento dos agentes públicos envolvidos na operação fracassada de busca de

vacinas, citando o presidente Jair Bolsonaro e o ex-ministro Eduardo Pazuello. Na abertura da sessão, o presidente Ornar Aziz (PSD-AM) afirmou que vai enviar um requerimento ao Ministério da Saúde pedindo detalhes sobre o prejuízo total aos cofres públicos. "Estou requerendo essas informações o mais rápido possível para saber como foi gasto esses R\$ 500 mil, que é mais um prejuízo ao erário. Além do mais, tudo o que se fez com a Índia foi problemático." O vice-presidente da comissão parlamentar de inquérito, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), defendeu que os valores gastos inutilmente nas operações de importação frustradas sejam ressarcidos aos cofres públicos, pelos agentes responsáveis.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

50

Conta de luz pode ter de subir mais 15% para cobrir alta no custo de geração

Julio Wiziack *brasil*

Representantes de distribuidoras, associações de consumidores e analistas de mercado estimam que a bandeira vermelha-2 - mais cara na conta de luz - terá de dobrar de valor em setembro para cobrir a alta dos custos de geração de energia.

Se a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) adotar medida nesse sentido, a conta de luz passará por um reajuste médio de 15,2%.

Com a maior crise hídrica dos últimos 91 anos, as hidrelétricas perderam espaço na oferta, enquanto o governo se viu obrigado a acionar térmicas - fonte mais cara, cujo custo é repassado ao consumidor.

As bandeiras-verde, amarela e vermelha - constam da conta de luz e servem para indicar a necessidade de se reduzir o consumo. Caso contrário, o cliente paga mais.

Quando lhe foi perguntado, o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) disse à Folha que, embora a "atualização" das bandeiras seja competência da Aneel, ela "contempla o valor necessário para a cobertura de custos de GSF [risco hidrológico] e de despacho termelétrico adicional, dentre outros [fatores]".

"Na atual conjuntura, esses custos estão aumentando. Os custos adicionais ou serão considerados na bandeira ou serão considerados na tarifa."

Distribuidores e grandes consumidores, no entanto, aguardam um impacto mais forte via bandeira tarifária, o que acarretaria um aumento de até 15,2% caso passe de R\$ 94,90 para cerca de R\$ 190 o MWh (megawatt-hora).

A projeção desse aumento nas contas de luz foi feita pelo diretor de regulação da TR Soluções, Hélder Sousa. A empresa desenvolveu um sistema que simula as condições de projeção das tarifas consideradas pela Aneel.

Segundo Sousa, a tarifa média hoje sem **impostos** nem bandeiras é de R\$ 532 por MWh (megawatt-hora). Com a bandeira vermelha 2 a R\$ 94,92, o valor passa para R\$ 627. Se a bandeira for para R\$ 190, a

tarifa saltará para R\$ 722 - um aumento de 15,2%. O cálculo não considera **impostos**.

Com o agravamento da crise hídrica, que fez secar rios que abastecem os reservatórios das hidrelétricas, o país passou a importar energia da Argentina e do Uruguai e a acionar termelétricas por, em média, R\$ 2.000 o MWh.

Muitas empresas, particularmente indústrias intensivas de energia, passaram a buscar o insumo no mercado livre para tentar amenizar seus custos.

Nesse mercado, o preço de referência (o chamado PLD) passou de R\$ 213, em janeiro deste ano, R\$ 583, em agosto.

A bandeira é um sistema que reflete justamente o aumento de custo variável da energia sempre que há fenômenos adversos, como uma seca muito intensa.

As concessionárias trabalham com tarifas reguladas sobre as quais incide o valor da bandeira vigente.

A pressão pelo repasse integral dos custos atuais para o sistema de bandeiras vem desde a última reunião da Aneel, no final de junho. Naquele momento, a área técnica da agência recomendou que o país continuasse consumindo energia com bandeira vermelha patamar 2 (a mais cara) e propôs um aumento para R\$ 115 o MWh - ou R\$ 11,50 a cada 100 kWh (quilowatt-hora).

Naquele momento, se o reajuste da bandeira vermelha nível 2 fosse de R\$ 11,50, o aumento previsto nas contas dos consumidores seria entre 10% e 15%, movimento que exerceria ainda mais pressão sobre a **inflação** medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

No acumulado dos últimos 12 meses até agosto, o IPCA-15 atingiu 9,3% - e um dos maiores impactos foi o da energia elétrica, que subiu 5% no mês, segundo o IBGE.

Por isso, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, preferiu uma proposta intermediária. Impor um reajuste de 52% na bandeira vermelha 2, o que daria R\$ 94,90 o MWh. Essa foi a decisão do conselho diretor, no final de junho.

Com a decisão, a diretoria da agência optou por parcelar o reajuste, postergando cerca de R\$ 3 bilhões para as tarifas em outro momento.

Para isso, realizou uma consulta pública para que os consumidores decidam se preferem que esse repasse seja feito ainda neste ano. A expectativa no mercado é que a decisão saia nos próximos dias.

Desde então, a situação das geradoras ficou ainda pior diante do agravamento da seca.

O diretor-geral do ONS (Operadora Nacional do Sistema), Luiz Carlos Ciochi, afirmou na quarta-feira (25) que havia previsão de chuvas na região Sul entre julho e agosto, mas elas foram frustradas, o que levou o grupo de monitoramento emergencial da crise a tomar medidas mais drásticas de preservação da água no sistema e partir para um pacote de incentivo à redução de consumo por consumidores do mercado regulado (residencial e empresas de menor) e para grandes consumidores.

O programa de redução de consumo de consumidores residenciais foi anunciado no Ministério de Minas e Energia também na quarta, sem os detalhes mais importantes. Durante o evento, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, rechaçou racionamento.

Na avaliação de assessores do Palácio do Planalto, a adoção de um racionamento no momento prejudicaria ainda mais Jair Bolsonaro em sua campanha pela reeleição.

O presidente vê sua popularidade despencar diante de medidas contra a pandemia e da degradação do cenário econômico. Para eles, palavras como racionamento e reajustes de preços precisam ser evitadas diante do custo político.

O ministro e sua equipe de secretários e até o diretor da Aneel se esquivaram de comentar sobre futuros reajustes das tarifas, algo dado como certo pelo mercado.

Pepitone, da Aneel, não explicou se o programa de descontos para os consumidores residenciais será capaz de amenizar as contas diante de um provável aumento da bandeira vermelha 2. Ele disse apenas que a agência está "estudando", mas não explicou o quê.

Consultada, a Aneel não respondeu até a publicação desta reportagem.

"NÃO ADIANTA FICAR CHORANDO", DIZ GUEDES SOBRE ALTA NA CONTA DE LUZ

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quinta-feira (26) que usou a expressão "qual o problema" quanto ao aumento da energia elétrica para dizer que a crise hídrica é uma variável que o governo não controla, mas que deve enfrentá-la de frente. "Não adianta ficar sentado chorando", afirmou ele, ao participar de audiência pública no Senado, sinalizando ver hoje antecipação das eleições e descredenciamento das instituições, inclusive da mídia, defendendo que sua fala foi tirada de contexto. Na quarta-feira (25), o ministro relacionou o aumento da energia, que tem pressionado a **inflação**, à escassez das chuvas. "Qual que é o problema agora que a energia vai ficar um pouco mais cara porque choveu menos?", disse ele, no lançamento da Frente Parlamentar do Empreendedorismo na Câmara dos Deputados.

Site:

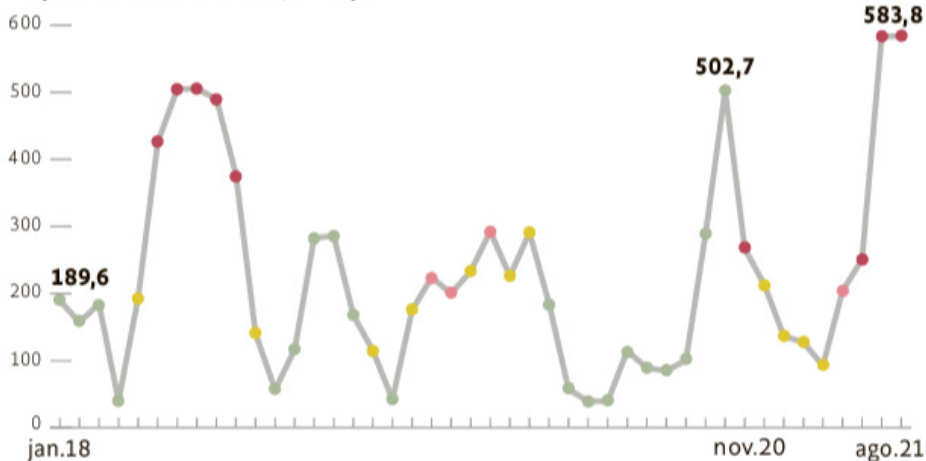
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49650>

A escalada da crise de energia

Bandeira vermelha deve permanecer em vigência e dobrar de valor

Bandeira ● Verde ● Amarela ● Vermelha 1 ● Vermelha2

Preço de referência no mercado, em R\$ por MWh



15%

É quanto a conta de luz pode subir para os clientes residenciais caso a bandeira vermelha 2 sofra um reajuste de até 100%, como projetado pelo mercado

Fonte: Aneel

R\$ 2.000

É o preço médio pago para que usinas termelétricas produzam energia para suprir a falta de água que compromete a geração hidrelétrica, muito mais barata

R\$ 583

É o valor de referência (PLD) do MWh (megawatt-hora) negociado no mercado

O que é a bandeira tarifária?

Um sistema de preços que reflete os custos variáveis da geração de energia elétrica e que são adicionados às tarifas cobradas regularmente pelas concessionárias

Quais os tipos?

A verde, que acarreta custos adicionais ao consumidor, reflete abundância de água no sistema e uma situação de normalidade para a geração pelas usinas do Sistema Interligado Nacional (SIN). A amarela significa alerta e a vermelha possui dois patamares, 1 e 2. O segundo piso é o cenário de maior escassez, em que estamos operando no momento. É o mais caro

Como é feito o reajuste?

Uma vez por ano a Aneel pode refazer a metodologia do cálculo, algo que está sendo avaliado neste momento. No entanto, mensalmente, os custos de geração do sistema são revistos e repassados para o valor das bandeiras

Revacinação de idoso é melhor que 2ª dose em adultos, diz virologista

Gabriel Vasconcelos

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186991?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186991?page=1§ion=1

Colapso da economia conservadora (Artigo)

Eric Posner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186991?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186991?page=1§ion=1

Saída sem mexer na Constituição



ROSANA HESSEL

Após tanta polêmica em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do adiamento no pagamento de precatórios - dívidas judiciais da União -, o ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu que é possível buscar uma alternativa sem mexer na Constituição, por meio de uma saída que está sendo costurada com os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente da Corte, o ministro Luiz Fux, que pode ser uma espécie de "plano A" para a PEC.

"Estamos tentando transitar a PEC e, ao mesmo tempo, negociando com o Supremo uma saída em que não seja necessário mexer na Constituição, por meio da modulação. O ministro Fux disse que tem capacidade de resolver", disse Guedes, ontem, durante evento em São Paulo. Mais cedo, os palestrantes informaram que o ministro Luiz Fux tinha sinalizado a possibilidade de o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fazer resolução para essa modulação, "sem precisar passar por uma PEC".

A PEC dos precatórios não foi bem recebida pelo mercado financeiro, que vem registrando forte oscilação após o governo passar a defender o que especialistas chamam de um calote institucionalizado. A PEC adia o pagamento de despesas obrigatórias, na contramão das regras de responsabilidade fiscal, pois também propõe o fim da regra de ouro, que proíbe o governo de emitir dívida pública para cobrir despesas correntes, como salários e aposentadorias, sem o aval do Congresso. Não à toa, a proposta já vem sendo chamada de "PEC das pedaladas".

Guedes destacou que vários ministros STF e o ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU), reconheceram que existe um "vício de

origem" dos precatórios no Orçamento e que essa despesa está em conflito com o teto de gastos - emenda constitucional que limita o aumento de despesa pela **inflação**. "Os ministros disseram que eles vão buscar uma solução aqui", disse Guedes. Segundo ele, além dos ministros, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), também estão participando das conversas. "Virá uma solução e, enquanto ela não vier, vamos enviar o Orçamento de 2022 como ele precisa, como a previsão dos precatórios. E, aí, vai sumir o dinheiro todo, e todo mundo vai entender a dramaticidade do fato", afirmou Guedes.

Para o ministro, assim que esse problema orçamentário for percebido, "em 24 horas, essa solução será aprovada", porque não haverá dinheiro, inclusive, para o reajuste do salário mínimo. Ele voltou a afirmar que toda a despesa dos precatórios foi incluída no Orçamento, ele será "inexequível". O chefe da equipe econômica descartou soluções que envolvam retirar os precatórios, ou parte deles, do teto de gastos. Ele ainda minimizou as críticas à PEC e disse que a proposta prevê uma modulação dessa dívida judicial ao propor o parcelamento dos precatórios por 10 anos. No entanto, ele não comentou sobre uma das inconstitucionalidades da proposta, como a mudança no indicador de correção desse débito que já tem um indexador e já foi julgado, que passaria para a taxa básica de juros (Selic), de 5,25%, em vez da **inflação**, que está bem mais alta.

A pluralidade exclui o golpismo - REINALDO AZEVEDO

REINALDO AZEVEDO

Vivemos uma situação espetacularmente anômala. Se não tomarmos cuidado, nós, da imprensa, ainda acabaremos como porta-vozes involuntários do golpismo. Lamento ter de constatar que, aqui e ali, isso já acontece. Golpistas, sem nenhum pudor, expõem a sua agenda, que compreende, realizados seus intentos, calar um dia também o diligente entrevistador.

Notem que mal se veem, hoje em dia, estampados na imprensa, os embates que se tornaram corriqueiros desde a redemocratização. Privatiza ou não? Mais Estado ou menos? A legislação que protege o trabalho garante ou rouba os empregos? A elevação da taxa de juros certamente concorrerá para deprimir o crescimento no ano que vem, mas ela será eficaz para baixar a inflação? O debate sumiu.

Tudo se dilui na aparente unanimidade da imprensa profissional contra o governo Bolsonaro. E as exceções mal conseguem esconder uma militância a soldo: ou gozando já de privilégios oferecidos pelo poder ou de olho em concessões futuras. A questão é saber se essa unanimidade -reitero que é apenas aparente- tem mesmo de ser rompida e o que, então, se deve entender, dado o contexto, por pluralidade.

Uma coisa é tentar compreender a cabeça de um golpista, fazendo, vamos dizer, a etiologia do seu pensamento para chegar à origem da patologia -e, como notam, tomo a defesa da democracia como exemplo de "saúde civil", fazendo eco à campanha das Diretas. Outra, muito distinta, é lhe franquear o megafone para vomitar proselitismo contra a ordem democrática.

Mal sabemos o que pensam e querem hoje os que se opõem a Bolsonaro porque é impossível identificar qual é a pauta do governo. As forças políticas não mais se organizam a partir de um eixo de propostas que o poder de turno busca implementar. Querem um exemplo? O que pretende Paulo Guedes, o "homem-meme", como o chama minha mulher?

Transformou-se numa espécie de "clown" -refiro-me à linguagem do teatro- de uma mistura exótica de liberalismo do século passado com bolsonarismo. Pode falar qualquer coisa -"qual é o problema se a

energia ficar um pouco mais cara?"-, sempre com o ar meio entristecido, como cabe a essa persona, com eventuais rompantes de indignação reacionária. O controlador do caixa se mostra um teórico da contabilidade criativa e fura-teto, esforçando-se, adicionalmente, para mandar para o lixo a Lei de Responsabilidade Fiscal e o inciso III do artigo 167 da Constituição, o da "Regra de Ouro".

Em tempos de normalidade democrática, as forças políticas estariam se engalfinhando em razão dessas e de outras escolhas, cabendo à imprensa, sim, dar conta da pluralidade de vozes. Mesmo no pega-pra-capar do jornalismo investigativo, ouvir o que têm a dizer os acusados é primado básico do Estado de Direito e da civilidade política. Aliás, depois da aluvião lavajatista, uma revisão de critérios é mais do que necessária. Está por ser feita.

Dados alguns exemplos do que seriam os embates corriqueiros, voltemos à questão de fundo. A que se deve, na imprensa profissional e independente, o suposto consenso? Bolsonaro se ocupa de golpear as instituições desde que se sentou na cadeira presidencial. O primeiro ato relevante de seus fanáticos -então unidos ao lavajatismo- contra as instituições se deu no dia 26 de maio de 2019, com apoio mais do que explícito do governo.

E, desde aquela data, assiste-se a uma escalada. A pauta pode variar um pouco, mas o intuito é sempre o mesmo: rasgar a Constituição. As oposições deixaram de ser o outro lado do governo. O governo deixou de ser o outro lado das oposições. A referida anomalia está no fato de que defender a ordem democrática, as regras do jogo e os valores mínimos da civilização se tornou uma agenda antigovernista. O bolsonarismo se manifesta como o polo oposto às instituições. A barbárie se expressa com a clareza que a barbárie tem.

Pergunto: deve-se entender que a pluralidade passa por normalizar a pregação golpista, legitimando-a, assim como quem diz "hoje é sexta-feira"? Dar voz a quem quer nos calar não é um paradoxo. É sujeição voluntária.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49650>

Bolsonaro diz que hidrelétricas podem parar e pede para apagar a luz em casa

Mateus Vargas Brasília

O presidente Jair Bolsonaro pediu nesta quinta-feira (-26) à população que apague um ponto de luz em casa para economizar energia. Ele disse que hidrelétricas podem parar de funcionar por causa da crise hídrica.

O apelo foi feito em transmissão nas redes sociais. Bolsonaro afirmou ainda que o governo não eleva as tarifas de energia "por maldade".

"Fazer um apelo para você que está em casa. Tenho certeza de que você pode apagar um ponto de luz na sua casa agora. Peço esse favor a você, apague um ponto de luz agora", disse o presidente.

"Ajuda, assim, a economizar energia e água das hidrelétricas. E em grande parte dessas represas já estamos na casa de 10%, 15% de armazenamento. Estamos no limite do limite. Algumas vão deixar de funcionar se essa crise hidrológica continuar existindo", afirmou Bolsonaro.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, anunciou na quarta (25) um plano de descontos na conta de luz para os consumidores regulados (ligados a distribuidoras) residenciais e empresariais que se dispuserem, voluntariamente, a economizar energia.

O governo rechaça que haverá racionamento. A medida deverá entrar em vigor no início de setembro, mas o ministério não detalhou o plano.

Albuquerque disse que, em conjunto com a agência, está definindo as metas de economia e os prêmios.

Na avaliação de assessores do Planalto, a adoção de um racionamento no momento prejudicaria ainda mais Bolsonaro na campanha pela reeleição. O presidente vê sua popularidade despencar diante de medidas contra a pandemia e da degradação do cenário econômico - com alta de desemprego, aumento da pobreza e escalada da **inflação**.

A mais recente pesquisa Datafolha, publicada em 9 de julho, mostrou que o ex-presidente Lula (PT) ampliou sua vantagem pelo atual ocupante do Palácio do Planalto em citações espontâneas. Lula também lidera nos dois cenários apresentados para o eleitor e em todas as simulações de disputa de segundo turno -

naquela em que enfrenta o presidente, ganha por 58% a 31%.

Para cobrir os custos com geração de energia em razão da crise hídrica, o governo precisa acionar as térmicas, que produzem uma luz mais cara.

Esses valores adicionais são repassados aos consumidores por meio das chamadas bandeiras tarifárias. Hoje está em vigor a bandeira mais cara - a vermelha-, cujo custo adicional para o consumidor é de R\$ 9,492 para cada 100 kWh consumidos.

O órgão responsável pela alteração das bandeiras é a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). "Quando [a Aneel] decreta bandeira vermelha, não é maldade. É porque precisa pagar outra fonte geradora de energia. No caso, as termelétricas, que é muito mais cara", disse Bolsonaro.

O presidente também citou a possibilidade de reduzir a cobrança de ICMS na conta de energia. Sem dar detalhes, disse que está "trabalhando nisso aí" e citou esperar que governadores deixem de a plicar o imposto estadual.

"Estamos conversando, também o ministro Bento Albuquerque, porque, quando você decreta uma bandeira, infelizmente o ICMS incide em cima da bandeira. Estamos trabalhando no tocante a isso aí. Tem o estado de Mato Grosso, parece, que já deixou de cobrar ICMS em cima da bandeira", disse Bolsonaro.

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) sancionou nesta quinta-feira lei que reduz o ICMS incidente na conta de energia elétrica.

"A gente espera que outros governadores tomem medidas semelhantes. Não é justo no momento mais difícil, quando se aumenta a conta de luz, quase todos pagam, ter mais uma taxa extra em cima do ICMS. Não é justo", disse o presidente.

"Realmente a vida não está fácil para o trabalhador brasileiro. Estamos vendo a questão da **inflação**, grande parte em cima daquela política "fique em casa e economia a gente vê depois". Temos a crise hidrológica, tivemos a geada."

Apenas em agosto, o nível dos reservatórios das hidrelétricas do Sul despencou 17 pontos percentuais, atingindo 30,7% de sua capacidade de armazenamento de energia na terça-feira (24). A situação é melhor do que no Sudeste/ Centro-Oeste, que têm 22,8% da capacidade, mas essas regiões perderam apenas 3,2 pontos percentuais no mês.

Para substituir energia que deixa de ser gerada no Sul, o CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) decidiu flexibilizar as restrições à operação de hidrelétricas do rio São Francisco no Nordeste, que passaram anos respeitando limites máximos de vazão para recuperar os níveis perdidos na grave estiagem iniciada em 2013.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

50

Sob efeito do clima, Ipea corta projeção para o PIB do agro



Leonardo Vieceli rio de janeiro

Em meio a dificuldades climáticas, o **PIB** (Produto Interno Bruto) da agropecuária deve crescer menos neste ano, indica o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Nesta quinta-feira (26), o instituto reduziu sua estimativa de alta para o indicador em 2021, de 2,6% para 1,7%.

"O ajuste nas projeções foi motivado, principalmente, pela redução nas estimativas de produtividade e produção de culturas importantes (como a do milho), devido a impactos climáticos adversos da ocorrência de um fenômeno La Nina mais severo nesta safra, e pela piora do cenário para a produção de bovinos", afirmou o Ipea em nota.

A previsão de alta de 2,6% havia sido feita em junho. De lá para cá, a seca se intensificou no país, prejudicando lavouras diversas.

O La Nina é visto como um dos motivos da crise hídrica porque afeta a distribuição de chuvas. No Brasil, esse fenômeno costuma provocar estiagem no centro-sul.

Se confirmado, o avanço de 1,7% marcará o quinto ano consecutivo de crescimento da agropecuária. O cálculo leva em conta o valor adicionado pelo setor ao **PIB**.

Em relação à produção vegetal em 2021, os pesquisadores revisaram a alta de 2,7% para 1,7%. O desempenho ainda positivo, afirma o Ipea, é sustentado pelos avanços na soja (+9,8%), no trigo (+36%) e no arroz (+4,1%).

Esses resultados compensam as quedas estimadas

para as culturas de milho (-11,3%), cana-de-açúcar (-3,2%) e café (-21%), que também sofreram com geadas em julho.

"O rendimento do milho em 2021, em especial, foi muito prejudicado pelo atraso na colheita da soja, que retardou o plantio da segunda safra, ficando dependente de chuvas tardias que não ocorreram", aponta o Ipea.

A segunda safra representa em torno de 70% da produção de milho no país.

"O que aconteceu neste ano foi o La Nina se manifestando de maneira mais severa, levando seca para o centro-sul", afirma Fabio Servo, pesquisador do Ipea.

Na produção animal, a previsão de alta foi revista de 2,5% para 1,8%, com crescimento para a maior parte dos segmentos, exceto na produção de bovinos, que deve ter queda de 1%. O Ipea destaca que há atraso na retomada dos abates de bovinos.

Servo afirma que ainda não há um "diagnóstico claro" para explicar essa situação. No entanto, ele lembra que os abates de bovinos tiveram alta em 2019 com o apetite externo e que, dentro do país, o preço elevado tende a conter a demanda.

Com a pressão inflacionária, a tendência é de migração do consumidor para proteínas animais com valor menor, como a carne de frango, conclui o pesquisador.

Para 2022, o Ipea projeta um crescimento de 3,3% para o **PIB** agropecuário. A previsão foi feita a partir das primeiras informações disponibilizadas pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) para a produção vegetal e das estimativas do Grupo de Conjuntura do Ipea para a produção animal.

"Esperamos uma recuperação da oferta de bovinos no ano que vem, tendo transcorrido tempo suficiente para a recomposição do rebanho após o pico em 2019", indicou Pedro Garcia, pesquisador associado do Ipea.

Perdas por geadas atingiram quase 20% das áreas de café em MG

As fortes geadas ocorridas recentemente no Brasil geraram perdas em cerca de 19% das áreas de café de Minas Gerais,

O equivalente a 173,68 mil hectares, estimou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado (Emater-MG) nesta quarta-feira (25).

O número fica em linha com projeção citada pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina, na véspera, de que os prejuízos teriam ficado entre 18% e 20%.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

50

Supremo mantém lei que concede autonomia ao BC



Marcelo Rocha

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quinta-feira (26) manter a lei que deu autonomia ao Banco Central. Por 8 votos a 2, a corte entendeu que a lei complementar que conferiu independência à instituição é constitucional.

Assim concluíram os ministros Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e o presidente do tribunal, Luiz Fux. Ficaram vencidos os ministros Ricardo Lewandowski, relator da matéria, e Rosa Weber.

Matéria discutida há décadas no Congresso, a independência foi recentemente conferida à autoridade monetária sob argumento de que o órgão precisa ser blindado de influência política.

PT e PSOL, partidos de oposição ao governo de Jair Bolsonaro (sem partido), ingressaram com ação no Supremo questionando se o Congresso poderia ter aprovado a autonomia da instituição.

Os adversários do Palácio do Planalto afirmaram no pedido que a lei está em desacordo com a Constituição Federal porque a iniciativa não partiu do Executivo.

Mais cedo, durante evento online promovido pela XP Investimentos, o presidente do STF colocou em segundo plano a controvérsia em torno da formalidade.

"A questão de fundo é: um Banco Central que trata da política monetária e financeira tem de ter uma visão transnacional e atuar com total independência", afirmou Fux.

Relator da matéria, Ricardo Lewandowski acatou a tese dos opositores do governo. E opinou pela inconstitucionalidade da lei complementar em seu aspecto formal.

O ministro argumentou que a lei impugnada desvincula o BC de qualquer tipo de ministério, mas a mesma norma diz que a instituição corresponderá a órgão setorial nos sistemas da administração pública federal. Algo que, segundo ele, revela que o banco jamais deixou de fazer parte de tal estrutura.

Para Lewandowski, portanto, não seria possível via Parlamento retirar do Executivo o controle de uma instituição que integra a administração pública federal.

A ministra Rosa Weber acompanhou o relator por entender que houve vício formal.

O ministro Luís Roberto Barroso inaugurou a divergência, por considerar a regularidade do rito de aprovação da lei complementar pelo Parlamento.

Barroso disse que a norma contestada dá configuração a uma instituição de Estado, e não de governo.

"Uma democracia precisa de árbitros neutros. Instituições que não possam ser capturadas pela política ordinária", afirmou.

Alinharam-se ao voto divergente os ministros Dias Toffoli, Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Cármen Lúcia.

Nunes Marques disse que a autonomia do BC, a exemplo do Fed (BC dos EUA) ou do Banco Central Europeu, é requisito essencial para a confiança nas relações internacionais e que é um indicativo de transparência, responsabilidade e governança.

"Tais fatores são essenciais à manutenção de um ambiente econômico estável e favorável ao crescimento do país. Isso atrairá investimentos e, portanto, maior desenvolvimento econômico para a sociedade como um todo", afirmou.

Alexandre de Moraes afirmou que "não há nenhuma dúvida de que esse assunto específico é de iniciativa privativa do presidente da República".

"Não se está regulamentando o Sistema Financeiro Nacional, não se está combatendo medidas de combate à **inflação**, não se está regulamentando o sistema de produção. Aqui, o que se está é definindo os objetivos do Banco Central e, principalmente, a forma de nomeação e exoneração do seu presidente e de seus diretores".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

50

Centrão vê agora pouca chance de reeleição



Lauriberto Pompeu / BRASÍLIA

Aliado de Jair Bolsonaro no Congresso, o Centrão se divide para a disputa de 2022 e uma importante ala do bloco avalia que a chance de o presidente conquistar o segundo mandato está cada vez mais distante. Em conversas reservadas, o núcleo do Progressistas, partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), e do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, aposta que a eleição para o Planalto pode até ser decidida no primeiro turno, se o presidente não mudar radicalmente o comportamento e a população não sentir no bolso uma melhoria econômica.

O diagnóstico marca uma mudança significativa na avaliação de políticos próximos do Planalto.

Até então, o palpite era de que Bolsonaro voltaria a ser competitivo no ano que vem com crescimento econômico e um novo Bolsa Família, batizado de Auxílio Brasil. Apoiadores do presidente também argumentavam que, com todo mundo vacinado, ninguém mais se lembraria do desastre na gestão da pandemia de covid-19.

Com **inflação**, juros e desemprego em alta, a população sente os efeitos da deterioração econômica. A situação ainda é agravada por uma nova onda da pandemia, crise hídrica e arroubos autoritários de Bolsonaro.

Neste cenário, até em legendas com assento na Esplanada de Ministérios há deputados que admitem haver obstáculos para Bolsonaro em 2022.

No Progressistas já há quem considere que não vale a pena ficar com Bolsonaro. É o caso do deputado Eduardo da Fonte (PE), ex-líder do partido, ligado ao ministro Ciro Nogueira e apoiador da candidatura do ex-presidente Lula. Na Bahia, Estado comandado por

Rui Costa (PT), o vice-governador João Leão (Progressistas) é outro nome que rechaça uma aliança com Bolsonaro (mais informações nesta página). O presidente da sigla, deputado André Fufuca (MA), disse que o atual cenário é "mutável". "A tendência é que sua popularidade volte a subir e ele chegue com condições reais de disputar a reeleição." Nos bastidores, no entanto, Fufuca conversa com Lula.

Vice-líder do PL, o deputado Zé Vitor (MG) disse que "não é um bom momento" para o presidente.

Mesmo assim, evitou dizer como avalia as chances de reeleição. O deputado disse ser contra o apoio a Lula, mas não descartou avaliar um candidato alternativo ao petista e a Bolsonaro.

O PL ocupa a Secretaria de Governo, com Flávia Arruda (DF). Uma ala do partido, porém, flerta com Lula.

O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (AM), por exemplo, se reuniu com Lula em abril. Embora ainda não tenha decidido em qual campanha embarcará no ano que vem, Ramos já descartou apoio a Bolsonaro.

"O problema é a **inflação** alta, a gasolina a R\$ 7, a energia subindo, a comida subindo, o gás de cozinha a mais R\$ 100, os juros em dois dígitos no longo prazo, a **inflação** descontrolada, desemprego e fome. A situação dele é muito difícil, não dá tempo de reverter isso." Pesquisa XP/Ipespe divulgada na semana passada mostra as dificuldades enfrentadas pelo presidente. Lula obteve 40% das intenções de voto em uma simulação de primeiro turno, Bolsonaro marcou 24%.

O presidente do PSD, Gilberto Kassab, diz em público o que grande parte dos dirigentes de partidos reserva para o bastidor.

"Tem uma chance grande de o presidente Bolsonaro não estar no segundo turno." O PSD tem em seus quadros o ministro das Comunicações, Fábio Faria, que está de saída do partido por causa das divergências da sigla com o governo. Enquanto isso, Kassab articula para filiar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e lançá-lo à cadeira de Bolsonaro.

À frente do Solidariedade, o deputado Paulinho da Força (SP) também vê crescer a hipótese de

Bolsonaro perder no primeiro turno. "Se Lula souber manter a unidade da esquerda - o que é difícil por causa do Ciro (Gomes, do PDT) - e caminhar para o centro, tem chance de ganhar no primeiro turno." Em 2018, o Solidariedade integrava o Centrão e apoiou Geraldo Alckmin (PSDB), mas há tempos o partido se descolou do grupo.

Debate

Com o tema "Legislação: qual é o cenário para 2022", o Estadão realiza hoje o segundo debate sobre eleições e fake news. A discussão começa às 14h e terá transmissão no site do jornal e também nas redes sociais.

"Estamos juntos", diz vice do PP em evento com Lula

Em evento com a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Salvador, o vice-presidente do Progressistas, João Leão, garantiu que apoiará o petista na eleição presidencial em 2022. "Estamos juntos com Lula", disse Leão, que é vice-governador da Bahia.

A fala reitera a parceria que o partido construiu com o PT no governo estadual nas eleições de 2018, quando contrariou a postura nacional da sigla, que havia indicado a senadora Ana Amélia (RS) como vice na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB). Na Bahia desde a quarta-feira, Lula se mostrou aberto ao diálogo. "Não nos negaremos a conversar", disse.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Aumenta pressão por nova reforma na equipe

Vera Rosa

Às vésperas das manifestações de 7 de Setembro e diante da acentuada perda de apoio popular, o presidente Jair Bolsonaro tem sido cada vez mais pressionado pelo Centrão a antecipar ao menos uma parte da **reforma ministerial** prevista para abril de 2022, quando os candidatos de sua equipe terão de deixar os cargos para disputar as eleições. Até mesmo os ministros mais pragmáticos, como o titular da Casa Civil, Ciro Nogueira, pré-candidato do PP ao governo do Piauí, já viram que não é possível "tutelar" Bolsonaro, mas pedem cartabranca para "fazer política".

Com o enfraquecimento do ministro da Economia, Paulo Guedes, e o Planalto cercado por uma "tempestade perfeita" - composta por conflitos com o Supremo Tribunal Federal, **inflação** e juros em alta, aumento do preço dos alimentos, do gás de cozinha, desemprego e pressão pelo impeachment - , o Centrão vê nova janela de oportunidade para dobrar a aposta nas negociações.

No momento em que Bolsonaro promete uma "segunda independência" no 7 de Setembro e insiste em ameaças golpistas, partidos do bloco exigem mais cadeiras no primeiro escalão. Sob o argumento de que Guedes não tem visão política, o Centrão quer a sua cabeça e a do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, numa quadra em que se agrava a crise hídrica e há risco de apagão no País.

Até agora, porém, a fritura de Guedes não levou à explosão do Posto Ipiranga de Bolsonaro, embora ele venha perdendo combustível.

Na outra ponta, embora Bento Albuquerque tenha defendido dar "a real" para a população sobre a necessidade de um duro racionamento de energia, Bolsonaro vetou a proposta, considerada "alarmista".

Há um movimento em curso no Congresso para desidratar Economia e também substituir Bento por um nome do Senado. A intenção é recriar Planejamento, responsável pelo controle do Orçamento da União, e Indústria e Comércio Exterior. As duas pastas continuam sob o guarda-chuva do "superministério" de Guedes, que na reforma de julho já perdeu Trabalho e Previdência.

Dos 23 ministros, 11 pretendem entrar na corrida eleitoral de 2022. Outro alvo da cobiça é o Desenvolvimento Regional. À procura de um partido para se filiar, o ministro Rogério Marinho (ex-PSDB) deve concorrer a uma cadeira no Senado ou ao governo do Rio Grande do Norte. Pivô do escândalo do orçamento secreto, revelado pelo Estadão, a pasta ocupada por Marinho é amplamente disputada, assim como Educação, hoje nas mãos do evangélico Milton Ribeiro.

Enquanto isso, a crise entre os poderes vai se avolumando, com manifestações contra e a favor do governo previstas para 7 de Setembro. "O Brasil Não Te Aguenta Mais", diz panfleto que começou a ser distribuído ontem por centrais sindicais e movimentos populares. "O grito mudou: liberdade ou morte!", escreveu o coronel da PM Mello Araújo, presidente da Ceagesp, em defesa de Bolsonaro. Os riscos à democracia são evidentes. Só não vê quem não quer.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Nova proposta fixa 'sublimite' para precatório

Idiana Tomazelli, Amanda Pupo

Integrantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário costumam uma solução para o "meteoro" dos precatórios - na definição usada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes -, que envolveria a criação de um "sublimite" para esse tipo de despesa. A ideia é partir do valor registrado em 2016 (R\$ 30,3 bilhões) e, na sequência, aplicar a mesma lógica de correção do teto de gastos, isto é, atualizar o limite pela inflação de 12 meses.

Segundo cálculos obtidos pelo Estadão/Broadcast, essa fórmula resultaria em um limite de pagamento de R\$ 39,943 bilhões em precatórios para 2022.

O saldo restante (R\$ 49,171 bilhões) ficaria para ser pago no Orçamento dos anos seguintes, já como prioridade para serem quitados antes. Hoje, a estimativa total para as dívidas judiciais em 2022 chega a R\$ 89,1 bilhões.

A proposta vem sendo discutida entre Guedes, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, o vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, e integrantes do Congresso Nacional.

Segundo apurou a reportagem, há a avaliação de que essa solução não demandaria sequer a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Está em discussão a aprovação de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou do Senado estabelecendo as condições para o pagamento dos precatórios.

O raciocínio é de que a regra atual, aprovada em 2013, é anterior à criação do teto de gastos, que é de 2016. Por isso, seria possível fazer uma regulamentação para compatibilizar as duas normas fiscais.

A avaliação nos bastidores é de que o teto de gastos é uma regra para limitar despesas primárias e incentivar a boa gestão dos recursos públicos, enquanto os precatórios são um gasto sobre o qual o governo não tem controle direto.

Ontem, durante evento promovido pela corretora XP, o presidente do STF citou o que chamou de

"microparcelamento" e confirmou que a fórmula, ainda embrionária, poderá ser objeto de um ato do CNJ.

No mercado financeiro ainda há críticas com o risco de o pagamento virar "bola de neve" e com o fato de que, com a solução, o volume de precatórios em 2022 ficaria R\$ 17 bilhões abaixo do que o próprio governo previa (R\$ 57 bilhões).

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Choro ainda é grátis, Guedes - VERA MAGALHAES

VERA MAGALHAES

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Aversão a risco no exterior faz dólar subir 0,87%, a R\$ 5,2566

VÍTOR DA COSTA [vitor.santos@oglobo.com.br](mailto: ritor.santos@oglobo.com.br)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB do 2º tri deve mostrar ritmos distintos da economia

Anais Fernandes e Marta Watanabe

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186991?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186991?page=1§ion=1

Riscos fiscais e políticos empurram crescimento para menos de 2%

Anais Fernandes

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186991?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186991?page=1§ion=1

PIB do campo subirá 1,7% neste ano e 3,3% no próximo, diz Ipea

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186991

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186991

Análise: Novo Código Eleitoral é a verdadeira reforma de Arthur Lira

Thiago Prado

RIO - Desde fevereiro, a **reforma política** realmente patrocinada por Arthur Lira (PP-AL) no Congresso é a conduzida pela deputada Margarete Coelho (PP-PI), sempre chamada pelo próprio para relatar projetos espinhosos como o que tratou da revogação da Lei de Segurança Nacional. É ali, na mudança de 900 artigos do Código Eleitoral, que estão os maiores interesses do presidente da Câmara.

Na outra **reforma política** discutida no início do mês, proposta pela deputada Renata Abreu (Podemos-SP), Lira não se envolveu tanto quanto no atual projeto de Margarete. Na noite em que o distritão caiu e abriu espaço para a volta das coligações, o deputado sequer presidiu a Mesa da Câmara ao longo da votação. Sabia que não precisava atuar para o Centrão conseguir o que queria na Casa.

Agora, para passar a reforma de 900 artigos, Lira sabe que precisará conduzir acordos. O assunto está pautado para a próxima quinta-feira e há pontos no relatório de que o presidente da Câmara não abre mão: a quarentena para juízes, militares e policiais disputarem eleições; a ampliação do escopo de gastos que o fundo partidário pode abranger; a mudança no poder de fiscalização da Justiça Eleitoral com estabelecimento de multas mais baixas para partidos; e a limitação de divulgação de pesquisas às vésperas do pleito.

No caso das pesquisas, aliás, Lira tem posicionamento ainda mais radical do que o texto apresentado por sua aliada. Em conversas com aliados, defende que a divulgação dos levantamentos dos institutos deveriam ser vetados faltando 15 dias para a data da votação. Pela regra proposta por Margarete, o resultado de uma pesquisa só poderá ser apresentado ao público na antevéspera da votação - ou seja, às sextas-feiras.

Site: <https://oglobo.globo.com/politica/analise-novo-codigo-eleitoral-a-verdadeira-reforma-de-arthur-lira-25173072>